

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 002/2020

O **MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, SC**, representado neste ato por seu Prefeito, Sr. **ANTONIO JOSÉ BISSANI**, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o Art. 25 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, DECRETO Nº. 173/2019 de 27 de novembro de 2019, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, torna público que se encontra aberto o **CREDCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO PERICIAL DE ATESTADOS MÉDICOS**, a partir de 16 de janeiro de 2020, junto à Secretaria de Administração, Departamento de Compras e Licitações, anexo à Prefeitura Municipal de Água Doce, na Praça João Macagnan, 322 – Centro.

1. JUSTIFICATIVA

A homologação de atestados é um ato médico que deve ser realizado por especialista, com a finalidade de validar ou não o atestado apresentado pelo servidor para a justificação de falta ao trabalho por motivo de doença. Também é classificada como “abono de atestado” e está devidamente amparada na Lei nº. 605, de 5 de janeiro de 1949, Art. 6º, § 2º, sem prejuízo do exposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

O presente credenciamento visa assegurar ao servidor o direito de ter a falta abonada por atestado médico e, também, o direito do órgão de abonar ou não o dia não trabalhado por motivo de doença. Ainda permitirá subsidiar o Departamento de Recursos Humanos na justificação de falta ao trabalho e no controle de frequência do servidor, definir o encaminhamento do mesmo à perícia médica do INSS e controlar os afastamentos pelo INSS, fornecer dados para a elaboração de estatísticas de causas de adoecimento e orientar os órgãos do município na implantação de ações de prevenção e promoção de saúde.

Em virtude de não haver no quadro de pessoal do município a previsão de cargo para profissional médico com habilitação em medicina do trabalho e/ou perícias médicas, faz-se necessário o presente credenciamento para suprir tal carência.

2. OBJETO

2.1. Este procedimento tem por objeto o **CREDCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO PERICIAL DE ATESTADOS MÉDICOS, APRESENTADOS POR SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE**, em conformidade com as especificações e valores estabelecidos em anexo.

2.2. Os interessados devem solicitar o seu credenciamento, a partir de **16 de janeiro de 2020**, na Secretaria de Administração, Departamento de Compras e Licitações, anexo à Prefeitura Municipal de Água Doce, na Praça João Macagnan, 322 – Centro, em dias úteis, no horário das 07h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30, observando as condições e exigências mínimas para a prestação do serviço, e demais requisitos fixados no presente regulamento.

2.3. O Município credenciará todos os interessados que preencham as condições e exigências mínimas do presente regulamento, sendo que inexistente a possibilidade de discussão entre as partes acerca das cláusulas contratuais.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. O credenciado deverá prestar os serviços através de estabelecimento próprio, devidamente licenciado pela Vigilância Sanitária, diretamente aos servidores do município, mediante encaminhamento realizado pelo Departamento de Pessoal **OU** mediante simples apresentação de atestado médico desde que emitido há no máximo 02 (dois) dias úteis, e documento de identificação com foto, **OU** mediante encaminhamento do próprio médico expedidor do atestado.

3.2. O servidor deverá ser avaliado clinicamente pelos profissionais da credenciada, devendo estes validar total ou parcialmente o atestado e o número de dias de afastamento, ou, não validar o atestado apresentado com as devidas justificativas;

3.3. O credenciado poderá:

- a) Reduzir ou aumentar o número de dias, conforme motivo da doença;
- b) Solicitar esclarecimentos ao médico emissor do atestado para a tomada de decisão sobre a homologação ou não do atestado;
- c) Solicitar exames complementares de diagnóstico ao paciente para orientar a decisão de homologar ou não o atestado.

3.4. O credenciado deverá emitir laudo formal com os resultados da avaliação clínica, constando o CID¹ da doença que acomete o avaliado **com a concordância expressa do avaliado**, em razão da preservação de informações pertinentes a doenças que causam estigma social, de forma clara e conclusiva, com a imposição de data, carimbo e assinatura dos profissionais responsáveis pela avaliação, podendo ser substituída por assinatura com certificação digital.

3.5. Os interessados credenciados deverão executar os serviços pelo valor estabelecido no anexo I deste edital.

4. DAS CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

4.1. O CREDENCIAMENTO será conferido a todas as pessoas jurídicas que forem consideradas habilitadas em função de documentação apresentada.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Conhecer todas as condições estipuladas no presente Edital e apresentar os documentos exigidos, conforme especificado no item 5.

5.2. Não serão admitidas:

- a) pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- b) os interessados que, por qualquer motivo, estejam declarados inidôneos ou punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou do Município, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;
- c) os interessados inadimplentes com as obrigações assumidas junto ao Município.

5.3. Independentemente de declaração expressa, a manifestação do interesse em participar do presente CREDENCIAMENTO implicará na submissão às normas vigentes e todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos.

6. DA HABILITAÇÃO – DOCUMENTOS EXIGIDOS

6.1. Poderão participar deste Processo de Credenciamento pessoas jurídicas que na fase inicial de habilitação, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no Edital para a execução de seu objeto, e que estejam **localizadas há uma distância máxima de 30 km** da sede do município de Água Doce, evitando, dessa forma, que os servidores do município tenham que se deslocar à grandes distâncias, a fim de se submeterem à avaliação clínica para validação de atestados.

6.2. Os documentos relativos à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de

¹ CID – Sigla utilizada para descrever Código Internacional de Doenças.

cópia ou publicação em órgão da Imprensa Oficial. No caso de apresentação de cópias, estas deverão ser autenticadas por tabelião ou apresentadas com os respectivos originais para autenticação por servidor do Município. A Comissão Permanente de Licitações fará consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando a interessada dispensada de autenticá-las.

6.2.1. Para comprovação da Habilitação Jurídica:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

6.2.2. Para comprovação de Regularidade Fiscal:

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (certidão de quitação de tributos e contribuições federais) e Certidão quanto à Dívida Ativa da União;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal de seu domicílio;
- d) Prova de regularidade relativo a Seguridade Social (INSS);
- e) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943.

6.2.3. Para comprovação da Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão Negativa de Falência, concordata ou Recuperação Judicial expedida pelos distribuidores da sede do Juízo da Comarca da pessoa jurídica.

Obs.: Considerando a implantação do sistema EPROC no Poder Judiciário de Santa Catarina, a partir de 1º de abril de 2019, a certidão do modelo “falência e concordata e recuperação judicial” deverá ser solicitada tanto no sistema EPROC quanto no SAJ. As duas certidões deverão ser apresentadas conjuntamente, caso contrário não terão validade.

- b) Não serão aceitas certidões com validade expirada.

6.2.4. Para comprovação da Qualificação Técnica:

- a) Prova de inscrição da empresa junto ao Conselho competente; os protocolos de encaminhamento do pedido de inscrição junto ao respectivo Conselho serão aceitos desde que seja apresentado o registro na sua efetivação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual.
- b) Alvará Sanitário emitido pela Vigilância Sanitária;
- c) Relação nominal dos profissionais que compõem a equipe técnica com as respectivas cargas horárias, anexando:
 - I. Cópia dos **diplomas e títulos de especialidade** dos profissionais;
 - II. Cópia do registro profissional nos respectivos conselhos.

6.2.4.1. Os interessados deverão comprovar possuir em sua equipe técnica pelo menos 1 (um) médico do trabalho ou médico perito;

6.3. Declaração da empresa proponente, sob as penas da Lei, que atende ao inciso V, do artigo 27, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que se refere ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, de que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesseis anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

6.4. Declaração expressa dando concordância a todas as condições deste Edital, sem restrição de qualquer natureza.

7. JULGAMENTO

- 7.1. A Comissão de Licitações poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos porventura necessários.
- 7.2. Após a análise da documentação, a Comissão de Licitações emitirá Carta de Aceitação ou Recusa do Credenciamento, se caso houver problemas com a documentação.
- 7.3. A recusa será sempre baseada no não cumprimento de quesitos estabelecidos pelo Edital de Credenciamento.

8. INSTRUÇÕES PARA RECURSOS

- 8.1. Os recursos referentes às decisões relativas ao processo de credenciamento poderão ser interpostos no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do dia subsequente à intimação dos atos. A petição, devidamente fundamentada, deverá ser dirigida ao Presidente da Comissão de Licitações, devendo ser apresentada na Secretaria do Gabinete para protocolo.

9. CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 9.1. O atendimento aos usuários far-se-á pelo sistema de livre escolha dos credenciados nos termos e condições previstas neste edital.
- 9.2. A(s) credenciada(s) se compromete(m) a prestar a contento, nos termos e condições deste edital e do instrumento contratual firmado (termo de credenciamento), os serviços propostos aos usuários mediante a apresentação da carteira de identidade, ou documento compatível, do usuário, **acompanhado do atestado emitido por profissional médico habilitado.**
- 9.3. É expressamente vedada, em qualquer circunstância, por parte da credenciada a retenção e/ou exigência de apresentação de quaisquer documentos adicionais aos que estão elencados no item anterior, aposição de assinatura em guia e/ou documento em branco ou de garantia de qualquer espécie.
- 9.4. Ao usuário é reservado o direito de denunciar a qualquer tempo e meio, eventual irregularidade verificada no atendimento, faturamento e/ou prestação dos serviços, cabendo ao Fundo Municipal de Saúde de Água Doce a devida apuração, e, se for o caso, a imediata penalização e/ou descredenciamento do contratado, no teor da Lei e deste instrumento editalício.
- 9.5. O serviço elencado deverá ser prestado em um estabelecimento da proponente. O estabelecimento deverá possuir alvará de licença expedido pela Vigilância Sanitária do município sede.

10. DAS OBRIGAÇÕES

10.1. DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO

- 10.1.1. Arcar com as despesas decorrentes da prestação dos serviços;
- 10.1.2. Implantar de forma adequada à supervisão permanente dos serviços de modo a obter um resultado correto e eficaz;
- 10.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Credenciada, assegurando ao usuário a boa prestação dos serviços;
- 10.1.4. Emissão da ordem de serviço;

- 10.1.5. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Credenciada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de forma maior, justificados e aceitos pela contratante, não deixe ser interrompido.
- 10.1.6. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços. O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

10.2. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CREDENCIADA

- 10.2.1. Atuar conforme regras estabelecidas no presente Edital de CREDENCIAMENTO;
- 10.2.2. Manter as condições de credenciamento durante o prazo de prestação dos serviços pactuados;
- 10.2.3. Cumprir, a contento, nos termos e condições de sua proposta e do Edital de Credenciamento referido aos serviços profissionais propostos aos usuários;
- 10.2.4. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que em virtude da lei ou regulamento que recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros;
- 10.2.5. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e as recomendações exigidas pela boa técnica dos serviços contratados;
- 10.2.6. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados;
- 10.2.7. Na execução das atividades objeto deste Edital, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos de conforto material e de horários dispensados aos demais usuários (pacientes);
- 10.2.8. Encaminhar ao Município de Água Doce até o último dia útil do mês a prestação de contas, constituída do relatório dos serviços realizados constando o nome do servidor atendido, data e da Nota Fiscal dos serviços correspondentes.

11. DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO

- 11.1. A remuneração a que fará jus a CREDENCIADA, em decorrência dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá aos valores que constam do Anexo;
- 11.2. É expressamente vedada a cobrança em qualquer hipótese de qualquer sobretaxa à tabela adotada quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado.
- 11.3. O município efetuará o pagamento até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação do serviço, mediante o recebimento da nota fiscal e do relatório dos serviços prestados, no Departamento de Compras e Licitações, anexo a Prefeitura Municipal de Água Doce.
- 11.4. A nota fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Água Doce, Praça João Macagnan, 322 – Centro, Água Doce – SC, CNPJ 82.939.398/0001-90 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

- 11.5.** As faturas que não estiverem corretamente formuladas serão devolvidas dentro do prazo de sua conferência à CREDENCIADA e o tempo de tramitação será desconsiderado.

12. REAJUSTE E REVISÃO

- 12.1.** Ocorrendo prorrogação do Termo, os valores propostos poderão ser reajustados após decorrido o primeiro ano contratual, com base no IGP-M (Fundação Getúlio Vargas) apurado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento expresso da CREDENCIADA neste sentido, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste

13. TERMO DE CREDENCIAMENTO

- 13.1.** As obrigações decorrentes da execução dos serviços a serem firmados entre a Administração Pública e a Credenciada, serão formalizadas através de Termo de Credenciamento, observando-se as condições estabelecidas neste edital, seus anexos e na legislação vigente.
- 13.2.** O Termo de Credenciamento deverá ser assinado, no máximo, dentro de 5 (cinco) dias após a convocação regular, conforme Art. 64 da Lei 8.666/93, junto ao Departamento de Compras e Licitações do Município, após a convocação regular.
- 13.3.** Será firmado **Termo de Credenciamento válido até 31/12/2020**, podendo ser prorrogado por períodos de até 12 meses, até o limite de 48 meses, nos termos do art. 65 da Lei 8.666/93.

14. SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO E DO DESCREDENCIAMENTO

- 14.1.** Pela inexecução total ou parcial do Termo de Credenciamento o Município poderá, garantida prévia defesa, além da rescisão, aplicar à CREDENCIADA as seguintes sanções previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93:
- Advertência;
 - Multa na forma prevista no subitem 13.3;
 - Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos;
 - Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 14.2.** As multas aplicadas na execução do Termo de Credenciamento serão descontadas dos pagamentos devidos à CREDENCIADA, a critério exclusivo do Município, e quando for o caso, cobradas judicialmente;
- 14.3.** Poderá ser aplicada multa indenizatória de 10% sobre o valor total da Nota Fiscal/Fatura, quando a CREDENCIADA:
- Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização e/ou controle dos serviços;
 - Executar ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;
 - Executar os serviços em desacordo com as normas técnicas ou especificações, independente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;
 - Cometer qualquer infração às normas legais Federais, Estaduais e Municipais;
 - Não iniciar, sem justa causa, a execução do Termo de Credenciamento no prazo fixado;
 - Não executar, sem justa causa, a totalidade ou parte do objeto contratado;
 - Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, imperícia, negligência, dolo ou má fé, venha causar danos ao Município e/ou terceiros, independente da obrigação em reparar os danos causados;
- 14.4.** As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

14.5. O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste Edital, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Fundo Municipal de Saúde, e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado aos usuários, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicável *in casu*.

15. REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

15.1. O presente processo de CREDENCIAMENTO poderá ser anulado ou revogado, por ilegalidade ou por razões de interesse público decorrentes de fatos supervenientes, através de despacho fundamentado, sem que às interessadas caiba indenização de qualquer espécie, conforme previsto na Lei 8.666/93.

16. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. Os recursos financeiros para encargos decorrentes do presente Credenciamento correção por conta das seguintes dotações orçamentárias, para o exercício de 2020:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
01 – DEPTO DE SERVIÇOS GERAIS
2.005 – Manutenção Secretaria Adm. Fazenda e Deptos
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/12 – Aplicações Diretas

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
2.059 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0002/7 – Aplicações Diretas
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/8 – Aplicações Diretas

Caso o município optar pela prorrogação do Termo de Credenciamento, consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

17. ESCLARECIMENTOS

17.1. O Aviso de CREDENCIAMENTO e seus Anexos estarão à disposição dos interessados na Sede Administrativa do Município de Água Doce, sito na Praça João Macagnan, 322 – Centro, no site oficial do município, no endereço www.aguadoce.sc.gov.br e quaisquer informações e esclarecimentos adicionais relativos a este procedimento poderão ser solicitados durante horário das 07h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30, pelos telefones (49) 3524-0000 / 3524-0122 ou e-mail: prefeitura@aguadoce.sc.gov.br.

17.2. A Comissão Permanente de Licitações terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para responder ao questionamento.

17.3. Se a solução dada ao questionamento motivar alterações no presente Edital de Credenciamento, as Empresas participantes serão imediatamente informadas.

18. DO FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba – SC, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste instrumento, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. À Comissão Permanente de Licitações, além do recebimento e exame da documentação, caberá o

juízo e obediência às disposições aqui estabelecidas, bem como dirimir sobre dúvidas ou omissões.

- 19.2.** Nenhuma indenização será devida aos participantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Aviso de CREDENCIAMENTO.
- 19.3.** Qualquer recurso ou contestação somente poderá ser manifestado por intermédio do representante legal da Empresa interessada ou por Procurador legalmente habilitado.
- 19.4.** É expressamente vedado o cometimento a terceiros (subcontratação) da execução dos serviços objeto deste edital.
- 19.5.** As interessadas poderão credenciar-se fora do prazo previsto no preâmbulo deste edital, ou seja, durante a vigência do presente edital de credenciamento, sendo que a comissão de licitação fará avaliação e julgamento dos pedidos a cada 30 dias.
- 19.6.** O proponente credenciado terá prazo de até 5 (cinco) dias úteis para assinatura do Termo de Credenciamento, conforme minuta identificada como anexo I deste edital, fazendo parte integrante deste para todos os fins e efeitos.

Água Doce, SC, 14 de janeiro de 2020

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

Visto pela Assessoria Jurídica
CARLOS ALBERTO BRUSTOLIN
OAB/SC 19.433

ANEXO I
MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERÍCIA MÉDICA

O **MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE**, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.939.398/0001-90, com sede administrativa na Praça João Macagnan, 322 – Centro, em Água Doce (SC), neste ato representado por seu Prefeito Sr. **ANTONIO JOSÉ BISSANI**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF nº 032.667.619-87, de ora em diante denominado simplesmente de **CRENCIANTE** e a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com endereço na Rua,, no Município de....., representada por seu sócio administrador,, inscrito no CPF/MF sob nº e portador da cédula de identidade nº, com endereço na Rua,, em (.....), doravante denominada simplesmente **CRENCIADA**, acordam celebrar o presente **TERMO DE CREDENCIAMENTO**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

- 1.1.** O presente Termo de Credenciamento tem por objeto o **CRENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO PERICIAL DE ATESTADOS MÉDICOS** de servidores do Município de Água Doce, em conformidade com as especificações e valores estabelecidos na cláusula quinta deste instrumento.
- 1.2.** A **CRENCIADA** deverá prestar os serviços através de estabelecimento próprio, devidamente licenciado pela Vigilância Sanitária, diretamente aos servidores do município, mediante encaminhamento realizado pelo Departamento de Pessoal **OU** mediante simples apresentação de atestado médico desde que emitido há no máximo 02 (dois) dias úteis, e documento de identificação com foto, **OU** mediante encaminhamento do próprio médico expedidor do atestado.
- 1.3.** O servidor deverá ser avaliado clinicamente pelos profissionais da credenciada, devendo estes validarem total ou parcialmente o atestado e o número de dias de afastamento, ou, não validarem o atestado apresentado com as devidas justificativas;
- 1.4.** A credenciada poderá:
 - d) Reduzir ou aumentar o número de dias, conforme motivo da doença;
 - e) Solicitar esclarecimentos ao médico emissor do atestado para a tomada de decisão sobre a homologação ou não do atestado;
 - f) Solicitar exames complementares de diagnóstico ao paciente para orientar a decisão de homologar ou não o atestado.
- 1.5.** A credenciada deverá emitir laudo formal com os resultados da avaliação clínica, constando o CID² da doença que acomete o avaliado **com a concordância expressa do avaliado**, em razão da preservação de informações pertinentes a doenças que causam estigma social, de forma clara e conclusiva, com a imposição de data, carimbo e assinatura dos profissionais responsáveis pela avaliação, podendo ser substituída por assinatura com certificação digital.

CLÁUSULA SEGUNDA
DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

- 2.1.** A **CRENCIADA** deverá:

² CID – Sigla utilizada para descrever Código Internacional de Doenças.

- a) Atuar conforme regras estabelecidas no **Edital de Credenciamento nº .../2020**;
- b) Manter as condições de credenciamento durante o prazo de prestação dos serviços pactuados;
- c) Cumprir, a contento, nos termos e condições de sua proposta e do Edital de Credenciamento referido os serviços profissionais propostos aos usuários;
- d) Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que em virtude da lei ou regulamento que recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a **CRENCIADA** e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros;
- e) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e as recomendações exigidas pela boa técnica dos serviços contratados;
- f) Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados.
- g) Na execução das atividades objeto do Edital de Credenciamento, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos de conforto material e de horários dispensados aos demais usuários (pacientes);
- h) Encaminhar ao Município de Água Doce até o último útil dia do mês, a prestação de contas, constituída de relatório dos serviços realizados e da Nota Fiscal dos serviços correspondentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DO EQUIPAMENTO E MÃO-DE-OBRA

3.1. Caberá à CRENCIADA:

- a) O fornecimento de todos os equipamentos e mão-de-obra, necessários à plena execução dos serviços indicados neste **TERMO DE CRENCIAMENTO**;
- b) Correrão por sua inteira conta e risco, as despesas de toda a mão-de-obra, instrumento, equipamento necessárias, e, igualmente se responsabiliza por encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos causados à **CRENCIANTE** e ou a terceiros;
- c) Suportará, também, encargos decorrentes de manutenção e conservação dos equipamentos utilizados na execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA

- 4.1.** O presente **TERMO DE CRENCIAMENTO** é válido até **31/12/2020**, podendo ser prorrogado por períodos de até 12 meses, até o limite de 48 meses, nos termos do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA DO VALOR

- 5.1.** A **CRENCIADA** receberá pela prestação de serviços de avaliação pericial de atestados médicos o valor abaixo relacionado:

CLÁUSULA SEXTA DA FORMA DE PAGAMENTO

- 6.1.** A remuneração a que fará jus a **CRENCIADA**, em decorrência dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá aos valores que constam da Cláusula Quinta;

- 6.2. É expressamente vedada à cobrança em qualquer hipótese de qualquer sobretaxa à tabela adotada quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado;
- 6.3. O pagamento será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação de serviço, mediante o recebimento da Nota Fiscal e do Relatório dos Serviços Prestados no Departamento de Compras da Prefeitura de Água Doce;
- 6.4. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Água Doce, Praça João Macagnan, 322, Centro, Água Doce (SC), CNPJ/MF 82.939.398/0001-90 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;
- 6.5. As faturas que não estiverem corretamente formuladas serão devolvidas dentro do prazo de sua conferência à **CRENCIADA** e o tempo de tramitação será desconsiderado.

CLÁUSULA SETIMA DO REAJUSTE E REVISÃO

- 7.1. Ocorrendo prorrogação do Termo, os valores propostos poderão ser reajustados após decorrido o primeiro ano contratual, com base no IGP-M (Fundação Getúlio Vargas) apurado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento expresso da **CRENCIADA** neste sentido, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste;
- 7.2. Facultar-se-á ao Município a concessão de revisão de preços dos serviços credenciados no mesmo percentual e data de revisão da tabela SUS, na forma disposta na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA DA FISCALIZAÇÃO

- 8.1. A **CRENCIANTE** exercerá, através de fiscal, ampla fiscalização sobre os serviços executados e em execução pela **CRENCIADA**, podendo rejeitá-los quando estiverem fora das especificações, devendo ser feito sem ônus à **CRENCIANTE**.

CLÁUSULA NONA DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO E DO DESCREDENCIAMENTO

- 9.1. Pela inexecução total ou parcial do **TERMO DE CRENCIAMENTO** o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** poderá, garantida prévia defesa, além da rescisão, aplicar à **CRENCIADA** as seguintes sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93:
 - a) Advertência;
 - b) Multa;
 - c) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 9.2. As multas aplicadas na execução do **TERMO DE CRENCIAMENTO** serão descontadas dos pagamentos devidos à **CRENCIADA**, a critério exclusivo do Município, e quando for o caso, cobradas judicialmente.
- 9.3. Poderá ser aplicada multa indenizatória de 10% sobre o valor total da Nota Fiscal/Fatura, quando a **CRENCIADA**:

- a) Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização e/ou controle dos serviços;
- b) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;
- c) Executar os serviços em desacordo com as normas técnicas ou especificações, independente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;
- d) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais;
- e) Não iniciar, sem justa causa, a execução do **TERMO DE CREDENCIAMENTO** no prazo fixado;
- f) Não executar, sem justa causa, a totalidade ou parte do objeto contratado;
- g) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, imperícia, negligência, dolo ou má fé, venha causar danos ao Município e/ou a terceiros, independente da obrigação em reparar os danos causados.

9.4. As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

9.5. A **CREDCIADA** se descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes no Edital, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Fundo Municipal da Saúde, e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado aos usuários, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas no Edital e na lei aplicáveis in casu.

CLÁUSULA DÉCIMA DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS

10.1. No caso de incidência de uma das situações previstas neste Termo de Credenciamento, o **CREDCIANTE** notificará a **CREDCIADA**, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, justificar por escrito os motivos do inadimplemento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. O presente **TERMO DE CREDENCIAMENTO** poderá ser rescindido:

- a) Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.
- b) Unilateralmente pela **CREDCIANTE**, em qualquer tempo, independente de interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial, caso a **CREDCIADA**:
- c) ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste Credenciamento ou deleguem a outrem as incumbências as obrigações nele consignadas, sem prévia e expressa autorização da **CREDCIANTE**.
- d) venha a agir com dolo, culpa simulação, fraude na execução dos serviços contratados.
- e) quando pela reiteração de impugnação dos serviços ficar evidenciada a incapacidade de execução satisfatória do estabelecido neste Termo de Credenciamento.
- f) venha a falir, entrar em recuperação judicial, concordata, liquidação ou dissolução.
- g) quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

Parágrafo Único - Havendo rescisão contratual, a **CREDCIANTE** pagará à **CREDCIADA**, o numerário equivalente aos serviços efetivamente realizados, e aprovados pela fiscalização, no valor avençado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da execução dos serviços ora contratados serão atendidas pela rubrica:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
01 – DEPTO DE SERVIÇOS GERAIS
2.005 – Manutenção Secretaria Adm. Fazenda e Deptos
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/12 – Aplicações Diretas

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
2.059 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0002/7 – Aplicações Diretas
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/8 – Aplicações Diretas

12.2. O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DOS CASOS OMISSOS

13.1. Qualquer dúvida oriunda da aplicação do presente termo será dirimida com base na legislação específica, especialmente no **Edital de Credenciamento nº/2020** e a Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DO FORO

14.1. As partes elegem o Foro da comarca de Joaçaba para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2. E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ante duas testemunhas presenciais, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Água Doce, SC, de..... de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal
CRENCIANTE

NOME DO CRENCIADO
Empresa
CRENCIADA

TESTEMUNHAS:

ANEXO II
RELAÇÃO DE ITENS E VALORES

Pela prestação dos serviços, objeto deste edital para Credenciamento, o município pagará a CREDENCIADA nas seguintes bases:

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO EM REAIS
01	<p>Prestação de serviços de Avaliação Pericial de Atestados Médicos de servidores públicos do Município de Água Doce, para fins de homologação. O servidor deverá ser avaliado clinicamente pelos profissionais da credenciada, devendo estes validar total ou parcialmente o atestado e o número de dias de afastamento, ou, não validar o atestado apresentado, com as devidas justificativas. Poderá, ainda, reduzir ou aumentar o número de dias de afastamento, conforme o motivo da doença, solicitar esclarecimentos ao médico emissor do atestado para a tomada de decisão sobre a homologação ou não do atestado, e, solicitar exames complementares de diagnóstico ao paciente para orientar a decisão de homologar ou não o atestado. Deverá ser emitido laudo com o resultado da avaliação. O atendimento deverá ser realizado de segunda a sexta-feira, em horário comercial, através de sede própria em nome da proponente, devidamente autorizado pela Vigilância Sanitária e detentor de registro junto ao Conselho Regional de Medicina.</p>	<p style="text-align: center;">R\$ 100,00 / consulta</p>

ANEXO III
TERMO DE RECEBIMENTO

Declaramos ter recebido no dia ____/____/____, a íntegra do Edital de Credenciamento nº./2020 para credenciamento de serviços de avaliação pericial de atestados médicos, bem como seus anexos.

NOME DA EMPRESA

Representante da Empresa

CPF:..... RG:

CARIMBO E ASSINATURA

**ANEXO IV
TERMO DE RECEBIMENTO**

**MODELO DE DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

..... inscrita no CNPJ n., por intermédio de seu representante legal,
Sr. (a) portador (a) da Carteira de Identidade n. CPF n.
..... DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei
9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou
insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Data

Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA A TODAS AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL

....., inscrita no CNPJ,
sediada na Rua, Bairro, Município de
....., Estado de, por seu representante legal
....., portador da Carteira de Identidade nº., inscrito
no CPF, declara de maneira expressa, que concorda com todas as condições
previstas no Edital de Credenciamento nº./2020, sem restrição de qualquer natureza.

Data

Carimbo e Assinatura